

Aviso de Concurso para Apresentação de Candidaturas, na
modalidade de Concurso

AVISO CENTRO-46-2021-23

SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS

“TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO”

(TIPOLOGIA DE PROJETO PREVISTA NO Nº 1, DO ARTIGO 128º, DO RECI)

PI 1.2

26 DE FEVEREIRO DE 2021

Índice

Preâmbulo	3
1. Enquadramento do AAC e identificação dos objetivos e prioridades	3
2. Natureza dos beneficiários	4
3. Tipologia, modalidade e limite ao número de candidaturas a apoiar.....	4
4. Área geográfica de aplicação	5
5. Condições de elegibilidade dos beneficiários	5
6. Condições de elegibilidade das candidaturas	6
8. Despesas elegíveis, regras e limites à elegibilidade	8
10. Critérios de seleção das candidaturas	10
11. Taxas de financiamento das despesas elegíveis	10
12. Forma e limites dos apoios	11
13. Procedimentos e prazo para apresentação de candidaturas	11
14. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas.....	12
16. Dotação indicativa do fundo a conceder	13
17. Identificação dos indicadores de realização e de resultado a alcançar	13
18. Condição de alteração do projeto, redução ou revogação	14
19. Programa Operacional financiador	14
21. Divulgação de resultados e pontos de contacto	144

Preâmbulo

Nos termos do artigo 138º, do Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização, doravante designado por RECI, adotado pela Portaria nº 57-A/2015, de 27 de fevereiro, na sua atual redação dada pela Portaria nº 260/2020, de 5 de novembro, as candidaturas são apresentadas no âmbito de um procedimento concursal, cujos termos são divulgados através do Portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt).

O presente Aviso para Apresentação de Candidaturas, na modalidade de Concurso (doravante designado por AAC), foi elaborado nos termos do previsto no nº 6, do artigo 16º, do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 10-L/2020, de 26 de março, e do artigo 139º, do RECI, na sua atual redação.

1. Enquadramento do AAC e identificação dos objetivos e prioridades

O sistema de apoio a ações coletivas, doravante designado por SAAC, é complementar a montante e a jusante, ao sistema de incentivos diretamente orientado para as empresas e visa potenciar os seus resultados e a criação ou melhoria das condições envolventes, com particular relevo para as que se encontram associadas a fatores imateriais de competitividade de natureza coletiva, e que se materializem na disponibilização de bens coletivos ou públicos capazes de induzir efeitos de arrastamento na economia.

Desta forma, as ações coletivas devem, cumulativamente, assegurar as seguintes condições:

- a) Evidenciar uma natureza coletiva, abrangente e não discriminatória, que possa responder a riscos e oportunidades comuns de um conjunto alargado de empresas;
- b) Garantir uma ampla publicitação dos seus resultados, complementadas por ações de demonstração e disseminação;
- c) Assegurar a disponibilização livre e universal de todos os bens e serviços produzidos, sem benefício particular para qualquer entidade.

O presente AAC pretende dar resposta a estes desafios, visando apoiar um único projeto piloto de âmbito regional, obrigatoriamente liderado por uma das três Universidade Públicas da Região Centro, e que, num contexto de trabalho em rede, envolvendo entidades não empresariais do sistema regional de I&I (tais como Instituições de Ensino Superior Universitário e Politécnico, Centros de Valorização e Transferência de Tecnologia, Centros Tecnológicos, Parques de Ciência e Tecnologia, entre outras) e empresas, potencie a valorização e a transferência de conhecimento e de resultados de atividades de I&DT para a economia regional.

O objectivo principal do projeto a apoiar deverá fixar-se na sensibilização de estudantes, investigadores e empreendedores para o desenvolvimento de projetos semente e spin-offs, em áreas estratégicas para a

Região Centro e devidamente alinhadas com a Estratégia de Especialização Inteligente preconizada para a mesma (RIS 3 Centro), com vista à transformação de ideias inovadoras em iniciativas empresariais, devendo, assim, incluir atividades de espectro diverso, de que são exemplo: levantamento e avaliação do potencial comercial de resultados de investigação desenvolvidos, preferencialmente mas não exclusivamente, em contexto académico, quer em projetos nacionais quer em projetos europeus, tendo em vista a sua valorização comercial; ações de networking e Think Tank com stakeholders regionais de cariz preferencialmente empresarial; proteção de propriedade intelectual; vigilância tecnológica; elaboração de modelos de negócio, design thinking e scaleup; e desenvolvimento de protótipos ou unidades piloto demonstradoras do potencial comercial de tecnologias; entre outras.

O presente AAC, em linha com o que consta do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020 (Centro2020), tem o seguinte enquadramento:

Objetivo Temático (OT): 01 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação.

Prioridade de Investimento (PI): 1.2. Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral.”.

O presente concurso utiliza como instrumento de apoio o previsto no artigo 126º do RECI, designado por “Sistema de apoio a ações coletivas”.

2. Natureza dos beneficiários

São beneficiários do presente AAC, em observação pelo disposto no nº 1, do artigo 130º, do RECI, as Entidades Não Empresariais do Sistema de I&I.

3. Tipologia, modalidade e limite ao número de candidaturas a apoiar

3.1. As candidaturas a submeter no âmbito do presente AAC, para além de terem que estar enquadradas em domínios prioritários da Estratégia de Especialização Inteligente da Região Centro (RIS3 Centro), devem observar pelo menos uma das tipologias de projetos estipuladas no nº 1, do artigo 128º, do RECI, em concreto:

- a) Iniciativas de interação e transferência de conhecimento com vista à sua valorização económica, incluindo atividades de rede, promoção nacional e internacional;
- b) Ações de demonstração de desenvolvimento tecnológico com vista à sua valorização económica;
- c) Ações de disseminação e de difusão de novos conhecimento e tecnologias geradas no âmbito de I&D, para o tecido empresarial, que envolvam projetos-piloto demonstradores, ações sectoriais de experimentação ou ações de difusão de informação científica e tecnológica;
- d) Ações de disseminação em ambiente experimental de projetos europeus de I&D com sucesso;
- e) Ações de valorização económica dos resultados da investigação, nomeadamente patenteamento e licenciamento da propriedade industrial;
- f) Fomento de projetos semente e spin -offs, no âmbito do sistema de I&I, com vista à transformação de ideias inovadoras em iniciativas empresariais, incluindo o desenvolvimento de validação de protótipos, provas de conceito pré -comerciais e ou processos para mercados/setores de aplicação;
- g) Promoção de iniciativas que, não sendo do domínio da atividade corrente, potenciem a obtenção e produção de informação relevante no contexto da valorização e transferência de tecnologia, nomeadamente roadmapping e vigilância tecnológica.

3.2. As candidaturas devem assumir a modalidade de projetos em copromoção, em observação pelo disposto na alínea b), do artigo 129.º, do RECI.

3.3. No âmbito do presente AAC apenas será passível de financiamento pelo Programa Operacional Regional do Centro uma única candidatura.

4. Área geográfica de aplicação

O presente AAC tem aplicação na região NUTS II - Centro de Portugal.

5. Condições de elegibilidade dos beneficiários

5.1. Os beneficiários devem observar os critérios de elegibilidade previstos nos artigos 13.º, do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e no artigo 131.º do RECI, em concreto:

- a) Estarem legalmente constituídos;
- b) Terem as respetivas situações tributárias e contributivas regularizadas perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Poderem legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidatam;
- d) Possuírem, ou poder assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- e) Terem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEI;

- f) Apresentarem uma situação económico-financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação;
- g) Não terem apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência;
- h) Não deterem nem terem detido capital numa percentagem superior a 50 %, por si ou pelo seu cônjuge, não separado de pessoas e bens, ou pelos seus ascendentes e descendentes até ao 1.º grau, bem como por aquele que consigo viva em condições análogas às dos cônjuges, em empresa que não tenha cumprido notificação para devolução de apoios no âmbito de uma operação apoiada por fundos europeus;
- i) Disporem de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável;
- j) Terem como missão atividades em áreas diretamente relacionadas com o projeto a realizar;
- k) Possuírem vocação e experiência suficientes para a prossecução dos objetivos e atividades do projeto, através da demonstração de existência de recursos humanos qualificados e estrutura organizacional adequada;
- l) Estarem localizados, através da sede ou de estabelecimento com atividade regular e efetiva, na região estipulada no ponto 4 do presente AAC, e desenvolver a partir daí a gestão e implementação do projeto;
- m) Assegurarem que o apoio concedido no se enquadra no regime de auxílios de Estado nos termos previstos no enquadramento dos auxílios estatais à investigação, desenvolvimento e inovação (2014/C 198/01) relativamente ao financiamento público de atividades não económicas.

5.2. Os critérios de elegibilidade dos beneficiários estipulados no ponto anterior são reportados à data da candidatura, sem prejuízo das condições definidas nas alíneas b) e d) poderem ser verificadas, respetivamente, até à data do Termo de Aceitação e até à decisão de aprovação.

5.3. A verificação de situação económica e financeira das entidades será aferida nos termos da alínea b), do artigo 131º, do RECI, em concreto, e para entidade privadas, através de demonstração de situação líquida positiva com referência ao ano anterior ao da apresentação da candidatura, utilizando o balanço referente ao ano pré-projeto, ou um balanço intercalar posterior, certificado por um Revisor Oficial de Contas (ROC), e reportado até à data da candidatura, e, para entidades públicas, através de demonstração em como a possui através de prova de financiamento da operação.

5.4. Os beneficiários, para efeitos da sua elegibilidade no presente concurso, devem ainda declarar que não estão sujeitos aos impedimentos e condicionamentos estipulados no artigo 14º, do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro.

6. Condições de elegibilidade das candidaturas

6.1. As candidaturas, para efeitos de admissão ao concurso, devem observar os critérios de elegibilidade previstos nos n.ºs 1 e 2, do artigo 132.º, do RECI, em concreto:

- a) Demonstrarem que se encontram asseguradas as fontes de financiamento da parcela de investimento total não coberta pelo financiamento público, através de: i) Fluxos históricos de libertação de meios tendo em consideração a totalidade dos investimentos a realizar pelo beneficiário no período de execução do projeto, sempre que previsto o recurso a autofinanciamento; ii) Documento de instituição financeira com o compromisso efetivo do financiamento em causa, sempre que previsto o recurso a financiamento bancário; iii) Documento validado pelo órgão competente, para outras fontes de financiamento, próprias ou alheias;
- b) Evidenciarem uma natureza coletiva, abrangente e não discriminatória que possa responder a riscos e oportunidades comuns de um conjunto alargado de empresas e que, acompanhados de uma ampla divulgação, se traduza na disponibilização livre e universal de todos os seus resultados sem benefício particular para qualquer entidade;
- c) Estarem inseridas nas linhas de ação das Plataformas de Inovação da estratégia de investigação e inovação para uma especialização inteligente (RIS3), em observação pelo Anexo A do presente AAC;
- d) No caso de projetos do turismo, estarem alinhados com as respetivas estratégias nacional e regionais para o setor;
- e) Terem uma duração máxima de execução de 24 meses;
- f) Terem início a partir da data de submissão da candidatura e num prazo máximo de três meses após a comunicação da decisão de financiamento, e como data de conclusão o dia 30/06/2023;
- g) Assegurarem que o projeto se desenvolve na NUT II - Região Centro de Portugal, sendo no entanto admissível a realização de ações noutros locais, incluindo no estrangeiro, desde que essas ações integrem o plano de trabalhos do projeto e beneficiem a economia da região Centro;
- h) Não se constituírem como passíveis de enquadramento nas regras de auxílios de estado;
- i) Identificarem o beneficiário líder;
- j) Apresentarem um protocolo que explicita o âmbito da copromoção com a identificação dos diversos parceiros, as funções e atividades de cada um, a orçamentação associada a cada intervenção, bem como os mecanismos de articulação, acompanhamento e avaliação previstos.

6.2. Adicionalmente, sob pena de não elegibilidade, as candidaturas têm de ser obrigatoriamente lideradas por uma das três Universidades Públicas da Região Centro de Portugal (em concreto, pelas Universidades de Coimbra, Aveiro ou da Beira Interior).

7. Limite ao número de candidaturas por beneficiário

As entidades beneficiárias não poderão participar em mais do que uma candidatura, independentemente da qualidade em que o fizer (entidade líder ou entidade copromotora).

8. Despesas elegíveis, regras e limites à elegibilidade

8.1. Considerando o disposto nos nºs 1, 2, 3,4 e 5, do artigo 136º, do RECI, são elegíveis no presente concurso as seguintes despesas, desde que diretamente relacionadas com o desenvolvimento do projeto e efetuadas em condições de mercado e a entidades fornecedoras com capacidade para o efeito, e tendo em conta as regras e os limites estabelecidos no Anexo B do presente AAC;

- a) Criação, registo e lançamento de marcas próprias de natureza coletiva;
- b) Estudos, pesquisas e diagnósticos diretamente relacionados com o desenvolvimento do projeto;
- c) Serviços de terceiros, incluindo assistência técnica, científica e consultoria em áreas de conhecimento que ultrapassem a competência dos beneficiários, nas condições estabelecidas no Anexo B do presente AAC;
- d) Promoção e divulgação das atividades e resultados do projeto, incluindo despesas com o desenvolvimento criativo, com a produção ou aquisição de média, matérias, gráficos de promoção e informação e materiais audiovisuais e multimédia;
- e) Aluguer de espaços e equipamentos quer para ações de promoção e divulgação das atividades e resultados do projeto, incluindo suporte logístico, quer para a realização de ações/atividades que integram o plano de trabalhos proposto;
- f) Implementação de ações de sensibilização, informação e demonstração;
- g) Custos com a organização e promoção de concursos, incluindo a atribuição de prémios, nas condições estabelecidas no Anexo B do presente AAC;
- h) Aquisição de conteúdos e informação especializada;
- i) Deslocações e estadas em território nacional ou no estrangeiro, nas condições estabelecidas nos Anexos B e D do presente AAC;
- j) Aquisição de equipamento informático e respetivo software;
- k) Desenvolvimento de plataformas através de novas tecnologias;
- l) Intervenção dos Técnicos Oficiais de Contas ou dos Revisores Oficiais de Contas, nas condições estabelecidas no Anexo B do presente AAC;
- m) Despesas com o pessoal dos beneficiários, nas condições estipuladas no Anexo B do presente AAC;
- o) Matérias-primas, materiais consumíveis e componentes necessários para a construção de instalações-piloto ou experimentais e ou de demonstração e para a construção de protótipos;
- p) Aquisição de instrumentos e equipamento científico e técnico, imprescindíveis ao projeto e na medida em que for utilizado no projeto e durante a sua execução;
- q) Despesas com recursos humanos dedicados a atividades de I&D relacionadas com a disseminação e demonstração, até ao limite de dois recursos humanos por entidade beneficiária, incluindo encargos com bolseiros, nas condições estipuladas no Anexo B do presente AAC;

- r) Despesas de suporte às ações demonstradoras, designadamente as de transporte, seguros, montagem e desmontagem e adaptação de instalações.

8.2. Nos termos do nº 10, do artigo 136º, do RECI, os custos elegíveis assentam numa base de custos reais, com exceção dos custos elegíveis relativos a Deslocações e Estadas associadas a Viagens ao Estrangeiro, aos quais será aplicada a metodologia de custos simplificados aprovada por Deliberação da CIC nº 04/2020, em 31 de janeiro de 2020 (cfr. anexo D).

9. Despesas não elegíveis

9.1. São consideradas despesas não elegíveis, para além das previstas no artigo 15º, do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, as despesas indicadas no artigo 137º do RECI, a saber:

- a) Transações entre entidades participantes no projeto, quer sejam cobeneficiários, quer sejam membros dos órgãos decisores;
- b) Despesas de funcionamento do beneficiário, relacionadas com atividades de tipo periódico ou contínuo, como sejam, entre outras, comunicações, material de escritório, consumíveis, energia, água, seguros de saúde, higiene e segurança no trabalho, combustíveis, limpeza, segurança, manutenção, honorários de consultas jurídicas, despesas notariais, despesas de peritagem, despesas de contabilidade e de auditoria e amortizações exceto, quanto a estas, nos casos identificados nas despesas elegíveis;
- c) Despesas com participação em organismos ou plataformas internacionais, tais como quotas ou fees;
- d) Complementos de bolsas e gratificações;
- e) Despesas com a preparação e elaboração da candidatura;
- f) Despesas referentes a investimentos diretos no estrangeiro que visem a aquisição ou constituição de sociedades ligadas à criação ou funcionamento de redes de distribuição ou promoção no exterior;
- g) Compra de imóveis, incluindo terrenos;
- h) Construção;
- i) Adaptação ou remodelação de edifícios, à exceção das despesas previstas para as ações demonstradoras;
- j) Aquisição de veículos automóveis, aeronaves e outro material de transporte ou aeronáutico;
- k) Aquisição de bens em estado de uso;
- l) Despesas com ajudas de custo e senhas de presença;
- m) Juros durante o período de realização do investimento;
- n) Fundo de maneo;
- o) Custos indiretos;
- p) Subsídio de refeição;
- q) Custos com recursos humanos que integrem os órgãos sociais dos beneficiários ou prestadores de serviços em regime de profissão liberal que exerçam as funções inerentes aos titulares desses órgãos;

- r) Tendo presente que o AAC não contempla uma componente específica de formação profissional, não se consideram elegíveis as despesas previstas no nº 9, do artigo 136º, do RECI, em concreto: p1) encargos com formadores para as horas em que os formandos participem na formação; p2) taxa fixa até 40 % sobre os custos diretos, para cobrir os restantes custos.

9.3. Adicionalmente, não são elegíveis neste concurso as despesas de valor inferior a 100€, em observação pela Orientação de Gestão nº 01/2019, da Autoridade de Gestão do Centro2020 (cfr. anexo E do presente AAC).

10. Critérios de seleção das candidaturas

A metodologia de cálculo para seleção e hierarquização dos projetos é baseada no indicador de Mérito do Projeto (MP), determinado pela seguinte fórmula:

$$MP = 0,4 \times A + 0,6 \times B$$

Em que:

- A. Qualidade do projeto
- B. Impacto na economia

Cada critério é pontuado numa escala de 1 a 5, sendo o resultado de Mérito do Projeto arredondado à centésima. Para que possa ser elegível, o projeto tem de obter cumulativamente as seguintes pontuações mínimas:

- Critério A - 3 pontos
- Critério B - 3 pontos

Conjuntamente com o presente concurso é disponibilizado o Referencial de Análise do Mérito do Projeto (cfr. Anexo C).

As candidaturas serão hierarquizadas em função do Mérito do Projeto, com consequente seleção para efeitos de cofinanciamento pelo Centro2020 em observação pelo limite ao número de candidaturas a apoiar no presente AAC, estipulado no ponto 3.3 do mesmo. Em situação de empate, as candidaturas serão ordenadas com base nas respetivas datas de entrada.

11. Taxas de financiamento das despesas elegíveis

A taxa máxima de financiamento FEDER das despesas elegíveis é de 85 %, salvo no caso das entidades cujas atividades estejam ao abrigo das regras de Auxílios de Estado, nomeadamente as previstas no artigo 27.º do Regulamento (UE) n.º 651/2014, de 16 de junho, onde a taxa não pode exceder 50% das despesas elegíveis.

12. Forma e limites dos apoios

Os apoios a conceder no âmbito deste concurso revestem a forma de incentivo não reembolsável, conforme o disposto no artigo 134º, do RECI.

13. Procedimentos e prazo para apresentação de candidaturas

A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no balcão 2020 (<https://balcao.portugal2020.pt/>).

Para apresentar a candidatura é indispensável que os beneficiários tenham efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual os beneficiários poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se. Nessa área reservada, os beneficiários devem confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

Além do formulário de candidatura e dos documentos comprovativos do enquadramento no contexto das exigências dos artigos 13º, do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro e dos artigos 131º e 132º do RECI, a candidatura deverá incluir os seguintes documentos:

- a) Memória descritiva do projeto, a qual deve abordar, entre outros aspectos que o consórcio promotor considere relevante, a identificação e descrição sumária das entidades integrantes do consórcio promotor; descrição curricular das membros da equipa técnica a alocar ao projeto, por entidade beneficiária; descrição dos objetivos do projeto; descrição detalhada do projeto, por atividade e subatividade, identificando os beneficiários que participam em cada uma delas; detalhe orçamental por atividade e subatividade; indicadores de realização e de resultado do projeto, podendo incluir outros que não apenas os referidos no ponto 17 do AAC, devidamente fundamentados e quantificados; autoavaliação de mérito do projeto;
- b) Orçamento detalhado do projeto, em observação pelo Anexo F do presente AAC;
- c) Estatutos de cada entidade beneficiária do consórcio promotor;
- d) Balanço e demonstração de resultados referentes ao ano pré -projeto, ou balanço e demonstração de resultados intercalares, posteriores, certificados por um Revisor Oficial de Contas (ROC), e reportados até à data da candidatura (documentação por entidade beneficiária);
- e) Autorização para consulta da situação tributária perante a administração fiscal (documentação por entidade beneficiária);

- f) Autorização para consulta da situação tributária perante a segurança social (documentação por entidade beneficiária);
- g) Documentação comprovativa, por entidade beneficiária, da CAE de enquadramento do projeto e do regime de IVA aplicável a essa mesma CAE;
- h) Checklist de Verificação do cumprimento da legislação ambiental, ordenamento do território e licenciamentos associados ao projeto, devidamente assinada e datada, em observação pelo modelo disponibilizado no Anexo H do presente AAC (a preencher pela entidade líder do projeto);
- i) Checklist de Avaliação da Integração da Perspetiva da Igualdade entre Homens e Mulheres e Igualdade de Oportunidades e da Não Discriminação, em observação pelo modelo disponibilizado no Anexo H do presente AAC (a preencher pela entidade líder do projeto);
- j) Relativamente ao investimento proposto como elegível, e apenas no caso de existir despesa já contratada à data da candidatura, o(s) beneficiário(s) deve(m) preencher, datar, assinar e apresentar a Checklist relativa ao cumprimento das regras de contratação pública, em observação pelo documento constante do Anexo J, e disponibilizado para download com a publicação do AAC. Para cada procedimento de contratação deve ser apresentada uma checklist, bem como apresentados os documentos relativos às peças de cada procedimento. (o promotor deverá, ainda, proceder ao registo desses contratos no Balcão2020).

É de salientar que por uma questão de prudência, os beneficiários devem evitar a submissão de candidaturas no último ou nos últimos dias do prazo. A submissão tardia de candidaturas poderá impossibilitar a resolução de eventuais constrangimentos decorrentes do processo de validação/submissão.

Ao abrigo deste AAC, o prazo para a apresentação de candidaturas decorre entre o dia 26 de fevereiro de 2021 e o dia 26 de março de 2021 (18 horas).

14. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

As candidaturas são analisadas e selecionadas de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção previstos neste AAC.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pela AG no prazo máximo de 60 dias úteis a contar da data de encerramento do AAC.

O prazo referido suspende-se quando sejam solicitados ao beneficiário líder quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez.

A não apresentação pelo beneficiário líder, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, determinará a análise da candidatura apenas com os elementos disponíveis.

Os candidatos são ouvidos no procedimento de audiência prévia, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentação de alegações contrárias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

Nos termos do nº 3, do artigo 121º, do Código do Procedimento Administrativo, a realização da audiência prévia referida no parágrafo anterior suspende a contagem do prazo fixado de 60 dias úteis para a adoção da decisão.

As propostas de decisão das candidaturas, relativamente às quais tenham sido apresentadas alegações em contrário, são reapreciadas, sendo proferida a respetiva decisão final no prazo máximo de 40 dias úteis, a contar da data da apresentação da alegação.

A decisão é notificada ao beneficiário no prazo de até 5 dias úteis a contar do 1º dia útil seguinte à data da sua emissão.

15. Aceitação da decisão

15.1. A aceitação da decisão da concessão do incentivo é feita mediante a assinatura do Termo de Aceitação, a qual deve ser submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11,º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

15.2. Nos termos do nº 2, do artigo 21,º do Decreto-Lei n.º 159/2014, na sua atual redação, a decisão de aprovação caduca caso o Termo de Aceitação não seja assinado no prazo máximo de 30 dias úteis a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela AG.

16. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação do Fundo FEDER afeta ao presente AAC é de 3 milhões de euros.

A Autoridade de Gestão do Centro2020 poderá reforçar a dotação em apreço, em situações excecionais e devidamente justificadas.

17. Identificação dos indicadores de realização e de resultado a alcançar

Prosseguindo uma orientação para resultados, os projetos a financiar deverão contribuir para o indicador de resultado previsto na alínea a), do número 1, do artigo 141.º do RECI: *“No caso dos projetos realizados no âmbito da transferência do conhecimento científico e tecnológico, as receitas oriundas de fundos de empresas, nacionais ou estrangeiras no financiamento das instituições de I&D, excluindo as unidades do setor empresas.”*

Tendo presente que os projetos de ação coletiva devem evidenciar uma natureza coletiva, abrangente e não discriminatória, sem conferir vantagem a uma empresa individualmente ou a um grupo restrito de empresas, não é possível medir diretamente o indicador de resultados acima referido.

Assim, os projetos a apoiar no âmbito deste AAC devem contribuir para os seguintes indicadores:

- a) Enquanto indicadores de realização:
 - Ações de disseminação realizadas no decorrer do projeto (nº);

- Entidades alvo da(s) ação(ões) de demonstração previstas no projeto (%);
 - Empresas que beneficiaram potencialmente da ação coletiva (nº);
 - Participantes nas ações de disseminação (nº).
- b) Enquanto indicadores de resultado:
- Empresas que implementaram atividades de inovação nos 6 meses após a conclusão do projeto, face ao total das empresas que beneficiaram das ações e resultados do projeto (%).

O beneficiário deve quantificar em candidatura os valores de referência (ponto de partida) e as metas a atingir para cada um destes indicadores, justificando a evolução proposta da fase pré-projeto para a fase pós-projeto.

Os indicadores atrás identificados serão objeto de contratualização entre a Autoridade de Gestão do Centro2020 e as entidades beneficiárias.

Em sede de encerramento será aferida a concretização dos objetivos e condições subjacentes à aprovação do projeto, incluindo o seu contributo indireto para os indicadores contratualizados. Uma avaliação positiva possibilitará o pagamento integral do incentivo.

18. Condição de alteração do projeto, redução ou revogação

18.1. Estão sujeitas a nova decisão da AG as alterações referidas no nº1, do artigo 146.º do RECI.

18.2. O calendário de realização do projeto pode ser objeto de atualização até à assinatura do termo de aceitação, com uma derrogação máxima do prazo previsto para o início do projeto de 3 meses, prevalecendo, contudo, a duração aprovada em sede de decisão.

18.3. O incumprimento das obrigações do beneficiário, bem como a inexistência ou a perda de quaisquer dos requisitos de concessão do apoio, podem determinar a redução ou revogação do mesmo, nos termos do artigo 147.º do RECI.

19. Programa Operacional financiador

O Programa financiador do presente Aviso de Concurso é o Programa Operacional do Centro (Centro2020).

20. Tratamento de dados pessoais

Os beneficiários devem assegurar o cumprimento das regras do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 relativamente a dados pessoais que disponibilize para efeitos de candidatura e sua execução.

21. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt) os candidatos têm acesso:

- a) A outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;
- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso,
- c) A pontos de contacto para obter informações adicionais;
- d) Aos resultados deste concurso.

26 de fevereiro de 2021

A Presidente da Comissão Diretiva do
PO Regional do Centro

Isabel Damasceno